



MEMÓRIA DA REUNIÃO

Comitê Gestor de Proteção de Dados – CGPD (criado pela Portaria nº 914/2020, atualizada pela Portaria nº 273/2020), sobre a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD - Lei nº 13.709/2018

DATA: 22/10/2020

HORÁRIO: 09h30min

LOCAL: Videoconferência

SERVIDORES PARTICIPANTES:

- Conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – GABPR;
- Dagmar Albertina Gemelli – Diretora Geral de Controle Interno – DIGCIN;
- Dênia Maria Almeida da Luz Soares – Diretora Geral de Controle Externo – DIGCE;
- Marcelo Olímpio Carneiro Tavares - Chefe de Gabinete da Presidência – GABPR;
- Kamilla Sousa de Oliveira - Assessora de Ouvidoria – ASOUV;
- Dhenia Gerhardt Bernardon - Assessora de Comunicação – ASCOM;
- Márcia Cristina Gonçalves da Cruz - Assessora Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional – ASPDO;
- Heliar Rosa Peu - Diretor Geral de Administração e Finanças – DIGAF;
- Osmarina Rodrigues Andrade - Diretora de Recursos Humanos – DIREH (ausência justificada);
- Isadora Carneiro Alencar Rastoldo - Assessora Jurídica – ASSJ;
- Francisco de Assis dos Santos Júnior - Diretor de Informática – DINFO;
- Júlio Edstron Secundino Santos - Diretor Geral do Instituto de Contas – DIGIC.

No dia 22 de outubro de 2020, foi realizada videoconferência com os membros do Comitê Gestor de Proteção de Dados – CGPD, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, convocados por meio do Memorando Circular-GABPR (Doc. Sei nº 0339570).

O Conselheiro Presidente Severiano abriu a reunião parabenizando a equipe pelo trabalho, comentando que a reunião seria de discussão sobre as estratégias para a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

implantação das exigências da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, e logo passou a palavra para o servidor Francisco de Assis Júnior - Diretor da DINFO.

Francisco de Assis Júnior compartilhou o Processo SEI nº 20.003038-8 a fim de apresentar a proposta do Termo de referência sobre a contratação de empresa para realização das capacitações: “Fundamentos da LGPD” e “Práticas de Implantação da Gestão da Privacidade da Informação”.

Na oportunidade o Conselheiro Presidente Severiano indagou sobre o portfólio da empresa e então o Diretor Francisco apresentou o histórico da empresa e o currículo dos profissionais que ministrarão a capacitação. Na apresentação do Termo de Referência, o Coordenador Marcelo Olímpio manifestou-se quanto a forma de contratação por inexigibilidade e salientou que seria importante passar essa decisão para o setor jurídico.

Diante disso, o Conselheiro Presidente Severiano demandou a ASSJ para aprofundar o assunto quanto a possibilidade de dispensa de licitação, com fundamento na Lei nº 13.979/2020, momento em que a Assessora Jurídica Isadora Carneiro e o Diretor Francisco de Assis Júnior ficaram responsáveis por definir as questões jurídicas e técnicas ora pendentes.

A Diretora da DIGCIN - Dagmar Gemelli, falou sobre a Normativa referente ao Portal da Transparência e LGPD, comentou que está em fase de análise no setor da Ouvidoria, que ainda necessita estudar a normativa e verificar o que será conflitante com a LGPD, ainda, a Diretora da DIGCE - Dênia Luz, indicou a servidora Carolina Vieira para participar das discussões sobre a normativa referente à transparência.

A servidora Kamilla Sousa de Oliveira - Assistente da Ouvidoria, comentou que estão trabalhando na questão dos recursos que estão chegando ao canal da Ouvidoria e estudando como se dará a tramitação dos recursos de pedidos de acesso à informação.

Noutra senda, Dagmar Gemelli comentou que seria necessário definir as pessoas estratégicas que deverão participar da capacitação e posteriores mapeamentos dos processos críticos. Nessa toada, Dênia Luz mencionou que seria importante rever o cronograma das datas previstas para a capacitação, sugerindo iniciar no próximo ano.

Por fim, o Conselheiro Presidente Severiano concordou, propondo ao Comitê que a instrumentalização do Processo SEI nº 20.003038-8 seja concluída em 2020, porém com cronograma de execução da capacitação previsto para 2021. Os demais integrantes concordaram com a proposta, restando a Assessora Jurídica Isadora Carneiro e o Diretor Francisco de Assis Júnior responsáveis por definir as questões jurídicas e técnicas necessárias para concluir o Termo de Referência e a tramitação processual.